

**Flexa Ribeiro:
secretário de educação de Carlos Lacerda na Guanabara (1960-1965)**

*Flexa Ribeiro:
education secretary of Carlos Lacerda in Guanabara (1960-1965)*

*Flexa Ribeiro:
secretario de educación de Carlos Lacerda en Guanabara (1960-1965)*

Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho² 

Fernando César Ferreira Gouvêa³ 

Resumo: A pesquisa ora apresentada busca compreender a importância do professor Flexa Ribeiro, secretário de educação do governo de Carlos Lacerda, entre os anos de 1960 e 1965, durante a elaboração do projeto de educação da Guanabara, à época de sua constituição como ente federativo, após a instalação da capital federal em Brasília. A investigação histórica busca reconstruir a trajetória biográfica do secretário, concentrando-se em fontes primárias: as notícias do jornal carioca “Tribuna da Imprensa”, do ano de 1962, focalizando o personagem e suas ações; e as cartas e os memorandos trocados entre Flexa e outras autoridades do governo estadual, sobretudo o governador e o secretário de governo, além de alguns parlamentares e diplomatas. Foi um período de muitas realizações, de grandes transformações no campo educacional, que ainda permanecem na memória do povo carioca. A pesquisa finaliza concluindo que, apesar de muitas das iniciativas no campo educacional serem reputadas à concepção do governador, na verdade foram empreendidas por seu secretário da pasta da educação.

Palavras-chave: Carlos Lacerda. Estado da Guanabara. Secretário de educação.

Abstract: *The research presented seeks to understand the importance of Flexa Ribeiro, secretary of education of the government of Carlos Lacerda, between 1960 and 1965, during the elaboration of the education project of Guanabara, after the installation of the federal capital in Brasilia. Historical research seeks to reconstruct the biographical trajectory of the secretary, concentrating on primary sources. The first one followed the news of the Rio newspaper “Tribuna da Imprensa”, throughout 1962, focusing on the character and his actions, especially regarding official acts. The latter pursued letters and memoranda exchanged between Flexa and other state government officials, especially the governor and the secretary of state, as well as some parliamentarians and diplomats. It was a period of many accomplishments that still remain in the memory of the people of Rio de Janeiro. The research concludes that although many of the initiatives in the field of education are reputed to be governor's conception, they were actually conceived by his secretary of education.*

Keywords: *Carlos Lacerda. Guanabara State. Education secretary.*

Resumen: *La investigación presentada busca comprender la importancia del profesor Flexa Ribeiro, secretario de educación del gobierno de Carlos Lacerda, entre los años 1960 y 1965, durante la elaboración del proyecto de educación de Guanabara, en la época de su constitución como ente federativo, después de la instalación de la capital federal en Brasilia. La investigación histórica busca reconstruir la trayectoria biográfica del secretario, concentrándose en fuentes primarias. El primero trazó las noticias del diario carioca “Tribuna da Imprensa”, a lo largo del año 1962, enfocando el personaje y sus acciones, sobre todo en cuanto a los actos oficiales. El segundo persiguió cartas y memorandos intercambiados entre Flexa y otras autoridades del gobierno estatal, sobre todo el gobernador y el secretario de gobierno, además de algunos parlamentarios y diplomáticos. Fue un período de muchas realizaciones, de grandes transformaciones en el campo educativo, que aún permanecen en la memoria del pueblo carioca. La investigación finaliza concluyendo que, a pesar de*

¹ **Submetido em:** 12 set. 2018 - **Aceito em:** 01 jul. 2019 - **Publicado em:** 27 dez. 2019

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – E-mail: m_angelicacoutinho@yahoo.com.br

³ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – E-mail: gouveafcf@uol.com.br

que muchas de las iniciativas en el campo educativo son reputadas a la concepción del gobernador, en realidad fueron concebidas por su secretario de la cartera de educación.

Palabras clave: Carlos Lacerda. Estado de Guanabara. Secretario de educación.

Primeiras notas

É quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito (BLOCH, 1974, p. 114).

O presente trabalho de investigação busca compreender a importância do Professor Flexa Ribeiro, secretário de educação do governo de Carlos Lacerda, entre os anos de 1960 e 1965, durante a elaboração do projeto de educação da Guanabara, à época de sua constituição como estado da federação. Este foi um período de muitas realizações, de grandes transformações no campo educacional, que ainda permanecem na memória do povo carioca. Se não houvesse outros motivos, no mínimo um estado que se confunde com uma cidade, que fora capital por mais de século, nas condições políticas as mais diferentes, e que possui apenas quinze anos de existência, já seria muito instigante para explorar...

A investigação histórica busca reconstruir a trajetória biográfica de Flexa Ribeiro, concentrando-se em dois caminhos de fontes primárias. O primeiro caminho trilhou as notícias do jornal carioca “Tribuna da Imprensa”¹, cujo teor focalizasse o personagem e suas ações, sobretudo quanto aos atos oficiais. O periódico, fundado em 1949 por Carlos Lacerda, revelava-se como um dos principais veículos de expressão de sua política. A pesquisa fixou-se no ano de 1962, período em que tem início a implantação do Projeto Piloto, a principal iniciativa pedagógica de seu mandato. Tal fonte primária encontra-se disponível na Biblioteca Nacional, na cidade do Rio de Janeiro.

O segundo trajeto documental perseguiu cartas e memorandos trocados entre Flexa e outras autoridades do governo estadual, sobretudo o governador e o secretário de governo, além de alguns parlamentares e diplomatas. As cartas e memorandos fazem parte do acervo Flexa Ribeiro do arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com sede no Rio de Janeiro. É importante que, para a reconstrução da trajetória do intelectual estudado, observe-se que “[...] a história social dos intelectuais ou simplesmente a história dos intelectuais exige a análise de elementos dispersos e multiformes” (GONTIJO, 2005, p. 263), que necessitam ser analisados à luz de uma realidade social.

É fundamental, ainda, que se considere a interdisciplinaridade ao se analisar o perfil de um personagem da história, deve-se buscar compreendê-lo sob a luz das diferentes áreas do conhecimento humano, como nos alertou Fernand Braudel (1976), quando o historiador dos *Annales* destacou a importância do contato entre as várias ciências do homem para a leitura da História.

O trabalho longe de pretender-se definitivo, posto que muitas fontes ainda precisem e mereçam ser desbravadas, compreende que a história desse intelectual liberal emerge e cruza-

se com a história da educação e com a história política da Guanabara, entre 1960 e 1965. Flexa Ribeiro oferece, então, diferentes vertentes de observação do ponto de vista biográfico. Ele se destacou como um empresário da educação, e como um importante e polêmico nome da educação pública da Guanabara, mas apresentou-se, também, na vida pública como renomado homem das Artes Plásticas, para a cidade, assim como parlamentar, representante do estado e da cidade. Como afirma Sirinelli (2003, p. 232): “A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”.

A escolha por esse personagem se explica em função de determinadas posições assumidas por Flexa Ribeiro, pois a despeito de ser proprietário de uma respeitável instituição escolar carioca, expressava a importância da educação pública, destacando o papel do Estado. Na década de 1960, ele fez parte de um governo estadual, que investiu pesadamente na ampliação da rede pública de ensino, destoando dos interesses da maioria do conjunto do empresariado brasileiro. Não cabe aqui, ao analisar sua trajetória de homem público, buscar julgamentos, decidir sobre o certo ou o errado em sua conduta, mas analisar as suas contribuições no campo da educação. Sirinelli (2003, p. 261, grifo do original) sintetiza a questão comentando que “Nem complacente, nem membro, *a contrario*, de qualquer pelotão de fuzilamento da história, o historiador dos intelectuais não tem como tarefa nem construir um Panteão, nem cavar uma fossa comum”.

Carlos Octávio Flexa Ribeiro, conhecendo o personagem

Carlos Octávio Flexa Ribeiro nasceu em Belém do Pará, no dia 11 de agosto de 1914, filho de Alice e José Flexa Ribeiro, e faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de agosto de 1991. Casou-se duas vezes ao longo da vida. Da primeira união com Maria Helena Flexa Ribeiro, nasceram quatro filhos dos quais, na vida pública, Edgar foi quem mais se destacou. Foi quem seguiu muitos dos passos do paiⁱⁱ.

Flexa diplomou-se bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal, em 1935. E três anos mais tarde, concluiu, também, o curso de História, pela mesma instituição.

Sua vida no magistério esteve profundamente relacionada à rede particular de ensino, especialmente ao Colégio Andrews, renomada instituição escolar da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, pertencente à sua mãe, amiga de Anísio Teixeira, e onde estudaram os filhos deste educador. Flexa Ribeiro, pouco tempo após se diplomar, assumiu a docência no Colégio da família, onde tempos mais tarde tornar-se-ia diretor no lugar da mãe, Alice.

Flexa Ribeiro exerceu a docência, também, como professor de artes no Instituto de Belas-Artes do Rio de Janeiro, e, em 1952, tornou-se catedrático de História da Arte e de Estética da Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No campo das artes e da cultura, Flexa conquistou prestígio nacional e internacional. Em 1955, foi diretor-geral do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiroⁱⁱⁱ, na cidade do Rio de Janeiro. E, em 1978, abandonando a vida político-partidária com a derrota nas

eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, em Brasília, voltou a se dedicar ao mundo das Artes. Foi eleito diretor-executivo do MAM, no Rio de Janeiro, para o qual já havia contribuído muito em seu processo de reorganização. E, quatro anos mais tarde, tornou-se o vice-presidente da instituição.

Sua relação com as artes plásticas é repleta de exemplos variados em atividades. Participou na figura de colaborador e diretor do MAM/Rio, da III Bienal de Arte de São Paulo, como atesta carta de agradecimento de Francisco Matarazzo Sobrinho, responsável pela exposição internacional. Na IV Bienal de São Paulo, em 1957, também marcou sua presença: participou como membro do Júri de premiação, a convite da direção do Museu de Arte Moderna de São Paulo.

Cabe citar, também, a organização de exposições coletivas e individuais, no Brasil e no exterior, já que muitas cartas de apresentação e de recomendação de artistas brasileiros ou estrangeiros (CPDOC, Arquivo FR mam 1955.10.12) demonstram essa responsabilidade. Chamou a atenção o convite da Embaixada brasileira na Argentina, em 1957, para organizar e dirigir uma exposição no “*Museu Nacional de Bellas Artes*”, em Buenos Aires, que se tornou itinerante, diante do êxito que atingiu, mobilizando algumas Embaixadas brasileiras na América do Sul, como foi o caso de Chile e Peru, que requisitaram a mostra^{iv}.

Seu conhecimento na área era reconhecido de tal forma, que chegou a ser convidado, em 1967, quando deputado, a compor uma comissão de compras e doações do MAM, cuja finalidade era a de avaliar e opinar quanto à viabilidade e interesse artístico das obras a serem adquiridas ou recebidas em doação (CPDOC, Arquivo FR mam 1955.10.12)^v. De suas quatro obras publicadas, duas se dedicaram aos temas: “Velásquez e o realismo” e “Ideias modernas sobre o gótico”, confirmando sua dedicação e seu envolvimento na matéria.

Na política partidária, iniciou sua militância ao lado de sua mãe Alice, no movimento que, em 6 de agosto de 1947, fundou o Partido Socialista Brasileiro (PSB). É interessante destacar como Flexa Ribeiro começou fazendo uma opção explícita pelo socialismo. Mesmo que num relance possa parecer contraditório um empresário, filho de empresária, participar de um movimento de esquerda, a opção é compreensível, posto que em seus documentos oficiais, o partido não prega o fim da propriedade privada.

Eram completamente conciliáveis ambas as atividades, o trabalho no Colégio familiar e a militância socialista. O partido possuía um amplo espectro ideológico, que abrangia de setores da esquerda radical até elementos que se aproximavam da União Democrática Nacional (UDN), como se depreende da leitura de Falcão (1996). Contudo, Flexa Ribeiro não permaneceu por muito tempo no partido de esquerda.

Na década de 1950, aproximou-se dos debates sobre a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), organizados pelo Ministério da Educação e, por decorrência, por Carlos Lacerda, autor do projeto final que foi levado à votação.

Anos mais tarde, em 1960, já filiado à UDN candidatou-se à Assembleia Constituinte do recém-criado Estado da Guanabara. Ficou na suplência. Esta era uma sigla partidária que representava os setores mais elitistas da sociedade, mas que também representava as camadas médias urbanas.

[...] a UDN nascera bi-partida, entre os da esquerda, seus fundadores, e os da direita, os invasores. Como os da esquerda se afastaram do partido ainda no correr de 1945, permaneceram “os invasores” – e nada mais natural que renegassem a fase inicial, “esquerdista”, do partido (BENEVIDES, 1981, p. 53).

Em outubro de 1965, Flexa Ribeiro candidatou-se à sucessão de Carlos Lacerda ao governo da Guanabara, na legenda da UDN. Mas sua indicação pelo partido não aconteceu de maneira automática. Sobrevieram disputas, em que o próprio Lacerda, em um primeiro momento, não apoiava a candidatura de Flexa^{vi}. Em seguida, ocorreram articulações no interior do partido, cuja atuação de Raphael de Almeida Magalhães, secretário de governo na gestão de Carlos Lacerda, demonstrou-se essencial. Lacerda considerou a indicação de Flexa como um acerto que teria como finalidade culpá-lo em caso de fracasso eleitoral, mas, ao fim, fora convencido em nome de uma suposta união partidária.

Lacerda, comentando posteriormente sobre a escolha de Flexa Ribeiro, disse que recebera [...] um recado informando-o que o único meio de unir a UDN em torno de um candidato seria ele concordar em que o candidato fosse Flexa Ribeiro. O propósito dessa manobra, aditou (Lacerda), era ter um candidato tão ligado a ele, por laços de família, que, no caso de derrota, ‘a derrota dele me seria forçosamente atribuída’ (DULLES, 2000, p. 357).

O próprio Presidente da República à época mostrou seu agrado com a candidatura de Flexa ao governo da Guanabara.

O nome do secretário da Educação constava da lista de 15 “udenistas tradicionais” elaborada por Aduino Cardoso e Aliomar Baleeiro, e quando Sandra Cavalcanti mostrou a lista a Castello Branco, o presidente, admirador do trabalho do secretário da Educação, fez-lhe especiais elogios (DULLES, 2000, p. 355).

A imprensa carioca mostrou entusiasmo com a candidatura de um representante dos ideais privatistas, que de toda a maneira, havia se identificado com a educação pública. O jornal - a Tribuna da Imprensa - alinhado ao Governador Lacerda se arvorara por alavancar o nome indicado, desde a sua gestão à frente da Secretaria. A classe média, importante segmento de leitores dessa imprensa, reconhecia em Flexa Ribeiro o realizador de significativas melhorias na educação da Guanabara. Até mesmo jornais de oposição, como “O Globo”, admitiam a importância da primeira gestão do Estado recém-criado para a expansão da rede pública, como se pode constatar décadas mais tarde.

O Jornal “O Globo”, do dia 01 de abril de 2007, em matéria sobre o lançamento de um livro - resultado de uma pesquisa acadêmica - sobre o Rio de Janeiro, mais precisamente a antiga Guanabara durante a gestão de Carlos Lacerda, publicou imagens sobre o período, destacando no centro da página a inauguração de escolas e a consequente expansão de vagas e ampliação de matrículas (abaixo), cuja legenda explicava a expansão de vagas na rede pública de ensino: “O Governador Carlos Lacerda durante a inauguração de uma escola primária: em dois anos de governo, o Rio passou a ter sobras de vagas” (O GLOBO, 1/4/2007)^{vii}.

Restaria saber se essa população o reconhecia como o autor desse projeto educacional, ou apenas um mero instrumento de encaminhamento das ideias de Carlos Lacerda. Para

assumir o cargo do executivo estadual era necessário, talvez, demonstrar autoria nas realizações.

O Jornal do Brasil aplaudiu a indicação de Flexa como sendo preferível ao empenho “errado” e “personalista” de Lacerda para impor um candidato de sua preferência. O Globo comentou que a UDN chegara à indicação de “um bom nome”, porém declarou, assim como Adauto Cardoso e Raimundo de Brito, que a “pressão” impedira o livre debate na convenção sobre os candidatos (DULLES, 2000, p. 357).

Nessa eleição majoritária para o governo estadual, foi derrotado por Francisco Negrão de Lima, candidato da coligação do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O resultado desse pleito, combinado com o de Minas Gerais, provocou a crise política que desembocou na instituição do AI nº 2, que extinguiu as agremiações partidárias.

Sua vida partidária prosseguiu em 1966, sob a sigla da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido criado após o golpe de 1964, quando foi eleito deputado federal pela Guanabara. Assumiu o mandato em fevereiro de 1967, mas a legislatura foi interrompida^{viii}, pois recebeu o convite para assumir o cargo, em Paris, de Diretor Geral do Departamento de Educação da Comissão das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – da UNESCO - até 1970.

Nesse mesmo ano, reelegeu-se deputado federal pelo estado da Guanabara. E em 1974, mais uma vez, sagrou-se deputado federal, agora pelo novo estado do Rio de Janeiro, surgido após a fusão. Na estrutura partidária da ARENA chegou a ocupar, inclusive, o cargo de secretário-geral. O ano de 1978 marcou o fim de sua trajetória partidária, pois não conseguiu a reeleição para o Congresso Federal.

Flexa Ribeiro, o Secretário de Educação

Assim que o resultado da primeira eleição para o Estado da Guanabara foi confirmado, Carlos Lacerda, o primeiro governador responsável por montar a estrutura administrativa e política do mais novo estado da federação, precisava divulgar seus assessores principais. A perspectiva eleitoral de um futuro próximo para Lacerda estimulava-o a se cercar de uma equipe de técnicos e especialistas, que demonstrassem competência no trabalho, e que inclusive transparecessem à opinião pública a neutralidade que interessava ao provável candidato presidencial.

Vencida a eleição, o grande desafio era: como um político nacional, radical, que desprezava a “política da conversa”, poderia articular apoios para governar, fazer alianças com os grupos locais, construir, enfim, as bases políticas de um novo estado? Lacerda apostou na montagem de um governo “técnico”, constituído com base em critérios de impessoalidade, neutralidade e racionalidade. A despolitização da administração pública pareceu ser o melhor antídoto para preservá-la das disputas políticas, já que o governador era um dos mais importantes pólos dessa disputa (MOTTA, 2005, p. 3).

O secretariado teria como responsabilidade construir e dar forma ao projeto da Guanabara, que havia sido, em parte, a razão da vitória nas urnas. A apresentação do projeto de educação da secretaria ocupada por Flexa Ribeiro torna-se importante para compreender a articulação entre este e Carlos Lacerda e até onde o projeto implementado pela Secretaria de Educação da Guanabara se relacionava com cada um particularmente, do ponto de vista da autoria. É preciso levar em conta que cada um tinha um objetivo pessoal, no campo político-partidário, mas que se articulavam na gestão em que Lacerda estava como chefe do Executivo estadual e Flexa como assessor na pasta da Educação.

O projeto não é abstratamente racional, como já mencionei, mas é resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito. Isso implica reconhecer limitações, constrangimentos de todos os tipos, mas a própria existência de projeto é a afirmação de uma crença no indivíduo-sujeito. A identidade, por conseguinte, depende dessa relação do projeto do seu sujeito com a sociedade, em um permanente processo interativo (VELHO, 1994, p. 103-104).

A Secretaria de Educação demonstrou dois grandes objetivos de trabalho: um referia-se às questões pedagógicas e o outro se relacionava à expansão do número de vagas. No primeiro caso, a finalidade foi a de adequar a estrutura curricular das escolas primárias da rede pública aos dispositivos legais fixados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4024 de 1961. Para isso, o secretário de educação demonstrou enorme empenho. O tamanho interesse do governo estadual, em atender prontamente a nova legislação explica-se primeiro, devido à participação decisiva de Carlos Lacerda como autor do anteprojeto de lei cujo teor, em grande parte, foi aprovado no Plenário do Congresso Federal.

A reforma pedagógica incrementada pela Secretaria de Educação, sob o comando de Flexa Ribeiro, buscou dotar de nova flexibilidade o conteúdo programático das disciplinas do curso primário, de maneira a atender aos casos particulares de cada escola e de seus alunos. O programa comum, voltado para a aquisição de conhecimentos, deveria, assim, ser diversificado segundo os interesses e disponibilidades de cada escola.

A Secretaria de Educação encabeçada por Flexa Ribeiro foi inovadora na organização do curso primário das escolas oficiais. A estrutura de seriação previa não somente a organização em séries, mantendo as condições já existentes, mas passava a compor também, de forma combinada, a estrutura em níveis. Assim, evitava-se a retenção de alunos, que dessa maneira permaneciam no mesmo nível, mas progrediam na seriação. Muitos problemas e dificuldades de compreensão se apresentaram quando da implementação dessa nova ordem, sobretudo nas secretarias das escolas que demonstravam dificuldades quanto ao preenchimento de documentos e certidões de alunos, principalmente os certificados de conclusão. A série indicava o tempo de permanência do aluno no curso primário, enquanto que a indicação do nível informava o avanço do estudante na trajetória escolar^{ix}. O curso primário passava, assim, a se compor de seis níveis, os dois últimos atendendo a alunos que, tendo idade inferior a quatorze anos, não haviam logrado admissão ao ensino médio, após os concursos de praxe. Estes dois níveis não eram, portanto, obrigatórios, mas visavam o aprimoramento de estudantes com dificuldades. Mais especificamente, seu objetivo era o de prepará-los para as provas de acesso às escolas de nível médio.

O volume de trabalho da secretaria de educação em um novo Estado demonstrava-se nas cartas e memorandos trocados entre Lacerda e Flexa:

Estou informado que o nosso despacho de hoje, na melhor das hipóteses, terá duração de quarenta minutos. O tempo é absolutamente insuficiente para resolver a massa de problemas que está se avolumando em minhas mãos. [...] Para acabar, preciso de oportunidade calma para explicar como e por que o plano que mandei preparar pelo Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE) do Estado [...] vai resolver o problema da repetência no ensino primário (CPDOC, Arquivo FR sec 1960.12.12)^x.

O Projeto Piloto foi a iniciativa que recebeu o maior destaque na gestão de Flexa à frente da pasta da educação. Referia-se à um projeto de educação compensatória, no sentido de atender as comunidades mais carentes da cidade, como demonstra o trecho do documento do plano:

Pesquisar e aplicar no Estado da Guanabara, para crianças provenientes de áreas menos favorecidas, um programa de educação compensatória que atendesse às suas necessidades específicas e lhes permitisse desenvolver, ao mais alto grau, suas potencialidades, considerando seus interesses pessoais e os da comunidade (GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA, 1966, p. 9).

O Projeto Piloto encaixava-se nos interesses da Fundação Ford, como fica explícito no trecho da mensagem enviada ao governador Lacerda por Flexa, em junho de 1962:

[...] Foi a época em que, o Sr. Governador se recordará, a Fundação Ford declarava, oficialmente, que não estava interessada em assuntos que tivessem “cimento”. Declarava êle (Sr. Carlson, o representante da fundação), então, que a política da Fundação (Ford) não permitia investimentos em obra. Todo o interesse estava em “temas novos”, a propósito dos quais fosse possível elaborar o Projeto Piloto (CPDOC, Arquivo FR sec 1962.06.19)^{xi}.

A equipe do programa fundamentava o projeto nos princípios escolanovistas, que valorizavam a atividade do aluno, destinando ao professor a tarefa de encaminhar a aprendizagem por meio de variadas técnicas e métodos de ensino. Como afirmam Vidal e Paulilo (2003, p. 375, grifo do original) “Diferentes saberes (e práticas) pedagógicos foram expressos sob a denominação *escola nova*. Eles se apresentaram como métodos de ensino, estratégias educativas e projetos de escolarização”.

O movimento da Escola Nova tinha como principal mote político uma bandeira liberal, que se expressava na luta por uma escola pública, universal e gratuita, e, no campo específico das bandeiras pedagógicas, como apresentado acima, buscava uma educação que rompesse com a “[...] transmissão autoritária e repetitiva de conhecimentos e ensinamentos” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 70). O alvo do Projeto Piloto eram as crianças pobres, das favelas.

As crianças oriundas de favelas eram o público-alvo dessa experiência, já que, segundo a equipe técnica responsável, elas chegavam completamente despreparadas para corresponder às expectativas dos padrões escolares, não só no que concernia a seu vocabulário, considerado muito pobre, mas a experiências de vida reduzidas, a problemas de desenvolvimento sensorial e afetivo e, por fim, a seus valores e crenças, manifestadamente incompatíveis com os da classe média. Esses alunos alimentavam as estatísticas de evasão nos primeiros três anos escolares, como termo

de um percurso de fracos desempenhos escolares. Segundo o diagnóstico oficial, também contribuía para o abandono da escola o próprio ambiente familiar de que eram oriundas, que, em virtude das necessidades econômicas, muito cedo compelia as crianças a trocar os estudos pelo trabalho (COUTINHO, 2004, p. 85).

As mensagens e documentos trocados entre o governador Lacerda, Flexa e autoridades – em que eles discutem reformas na educação, planos, como é o caso do Projeto Piloto (e, inclusive, sugestões de nomes para as escolas a serem inauguradas (CPDOC, Arquivo FR sec 1960.12.12))^{xii}, é o campo de possibilidades a que se refere Gilberto Velho, que se exemplifica no Projeto Piloto, uma ideia que emerge das necessidades de uma parcela da sociedade, no sentido de atender carências para melhorar o desempenho escolar.

Mas era a abertura de novas matrículas para a rede pública de ensino que representou, sem dúvida, uma das ações de maior impacto e apelo social da gestão de Flexa Ribeiro. Em pouco tempo a evolução do número de matrículas no ensino primário fez-se visível. Nas escolas do Rio de Janeiro as matrículas e, por consequência, o número de salas de aulas elevou-se na ordem de 50%.

A ampliação da rede escolar implicou, é claro, na necessidade de aumento do número de professores primários regentes. Para resolver essa questão, a Secretaria de Educação estabeleceu a volta às salas de aula dos docentes que se encontravam cedidos para outras funções, como confirmam várias correspondências oficiais trocadas por Flexa Ribeiro e Lacerda. Uma dessas é bastante significativa, já que Flexa nega o pedido, intermediado pelo governador, justificando a necessidade cada vez maior de professor regente para a expansão da rede de ensino (CPDOC, Arquivo FR sec 1960.12.12)^{xiii}.

Outras medidas também foram adotadas, como o aproveitamento de todas as recém-formadas nos cursos normais; além disso, foram ainda convocadas “[...] as professorandas do terceiro ano normal dos estabelecimentos estaduais para assumirem as turmas em caráter efetivo” (MATOS, 1985, p. 206).

A ampliação do número de vagas para a rede pública da Guanabara efetivou-se através de diferentes maneiras: construção de novas salas em escolas já existentes; instituição das chamadas “classes em cooperação” e de um sistema de rodízio de folgas semanais dos professores, que visava a otimizar o número de salas já existentes; e, sobretudo, a construção de novos edifícios escolares. Os jornais da época noticiavam as inaugurações que ocorriam com frequência, especialmente, como é o caso da Tribuna da Imprensa.

Em janeiro de 1961 Flexa Ribeiro compareceu perante a Assembleia Constituinte para expor o seu plano de fazer com que o dia de folga semanal, até então tirado às quintas-feiras, conforme a tradição francesa, caísse em dias diversos para diferentes turmas escolares. Até mesmo o ex-secretário da Educação Gonzaga Gama Filho, da oposição, ficou impressionado. As mudanças foram tão efetivas que se tornou possível anunciar vagas nas escolas, e Flexa Ribeiro pôde fazer cumprir a lei que impunha aos pais a responsabilidade caso seus filhos não estivessem recebendo instrução (DULLES, 2000, p. 33).

A construção de novos prédios escolares levou o governo do estado a criar a Fundação Otávio Mangabeira (FOM), em dezembro de 1960. Era uma entidade que congregava pessoas físicas e jurídicas cujo objetivo era captar verbas, sob a forma de

donativos, contribuições e subvenções da iniciativa privada para, principalmente, construção de escolas, além da edição e distribuição de livros didáticos e do fornecimento de equipamentos para a rede de ensino.

As escolas FOM, como ficaram conhecidas, eram pré-fabricadas, utilizando placas de fórmica e elos de alumínio, e tinham a finalidade de atender provisoriamente a necessidade de expansão das vagas, enquanto a secretaria construía as escolas de alvenaria. A propaganda era de que as obras dessas escolas se concluía em quatorze dias, na verdade o tempo era bem maior, como informa uma notícia da Tribuna da Imprensa (6/4/1962, p. 8): “As escolas - pré fabricadas - foram construídas em 60 dias e cada uma tem capacidade para 200 alunos, por turno. Na semana que vem, serão inauguradas novas unidades, que serão incorporadas à Secretaria de Educação”.

Os nomes escolhidos para as escolas a serem inauguradas homenageavam, entre outros casos, como personagens históricos, empresários, como foi o caso da Escola Georg Pfisterer, alusão a um industrial do ramo do alumínio que incentivava a utilização do material em diversos tipos de edificações, dentre elas a escolar. A notícia aparece como manchete de primeira página, comentando que o sucessor de “Lacerda não terá problemas com o ensino”, e anunciando as próximas inaugurações^{xiv}. É interessante notar as relações existentes entre a iniciativa privada e a educação pública estadual: ao mesmo tempo em que contribuía com as doações para a fundação, forneciam materiais, como era o caso do alumínio, fundamentais para a obra das escolas pré-fabricadas.

Grande parte das construções da Fundação Otávio Mangabeira concentrou-se entre os anos de 1962 e 1963. No primeiro semestre de 1962, foram inauguradas 24 escolas, 23 das quais eram pré-fabricadas, ou seja, as chamadas escolas FOM, como se pôde comprovar pelas matérias publicadas na Tribuna da Imprensa. Ao todo foram levantadas 42 escolas FOM^{xv}, como atestam os arquivos da Secretaria de Educação. A criação da Escola Superior de Desenho Industrial foi uma realização da Secretaria de Educação da Guanabara, no campo do ensino superior, que se articula aos interesses empresariais do momento de afirmação do mais novo estado. Ideia pessoal de Flexa Ribeiro, muito valorizada pelo governo, representava o investimento oficial às atividades de suporte ao chamado crescimento econômico, cuja finalidade, entre outras, era investir para o incremento industrial.

Observações Finais

A primeira impressão que se tem quando da análise da história da educação da Guanabara, em particular do período de 1960-1965, é a de que as realizações no campo da educação são todas computadas para o ex-governador Carlos Lacerda. Entretanto, as pesquisas acerca da biografia de Flexa Ribeiro demonstram que os projetos pedagógicos, realizados durante o primeiro governo do Estado da Guanabara, foram de sua autoria quando secretário de Carlos Lacerda.

Os documentos consultados reúnem cartas, memorandos e mensagens trocados entre Flexa Ribeiro, o governador Carlos Lacerda e outras autoridades, como deputados e

diplomatas, em que propostas e planos educacionais eram apresentados e discutidos, como o principal empreendimento no campo pedagógico – o Projeto Piloto –, e espaço em que trocas de favores eram explicitadas, como sugestões para nomes de novas escolas construídas (CPDOC, Arquivo FR sec 1960.12.12).

Conclui-se, portanto, que eram de sua autoria, várias das realizações no campo educacional da Guanabara, e, como era de se esperar na relação de um secretário com o governador, essas eram debatidas antes de sua implementação.

A pesquisa centrou-se em fontes primárias. O periódico – a Tribuna da Imprensa – foi escolhido, pois expressava a opinião política do Carlos Lacerda e divulgava, na época de seu mandato na Guanabara, as suas realizações na capital carioca. Os documentos analisados disponíveis no CPDOC, referentes ao primeiro governo do Estado da Guanabara, evidenciam que o que muitas vezes se reputava como iniciativas idealizadas por Carlos Lacerda foram, na realidade, empreendimentos sugeridos por Flexa Ribeiro, que ao longo da História da Educação do Rio de Janeiro foi obstaculizado.

O trabalho de pesquisa, assim, busca trazer à tona o nome de um político e intelectual que, independente de críticas que necessitem ser feitas, deve assumir o lugar de importância no campo da História da Educação da Guanabara.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. 2 ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1974.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 2. ed. Portugal: Presença, 1976.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho. **Carlos Lacerda e o tipo antropológico das professoras da Guanabara**. 2004. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **FR mam 1955. 10.12**. Arquivo Flexa Ribeiro. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1955.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **FR mam 1957. 01.18**. Arquivo Flexa Ribeiro. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1957.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **FR sec 1960.12.12**. Arquivo Flexa Ribeiro. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1960.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **FR sec 1962.06.19**. Arquivo Flexa Ribeiro. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1962.

DULLES, John Watson Foster. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FALCÃO, Frederico José. **Ilusões da Estratégia**: o PCB do apogeu à crise do stalinismo (1942-1961). 1996. 373 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. *In*: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). **Culturas Políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 259-284.

GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. **Projeto Piloto**: uma experiência em educação - 1962-1965. Rio de Janeiro: Vozes, 1966.

MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. **Nossa História**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 25-72, maio 2005.

12

O GLOBO. **O Rio de Janeiro da época de Carlos Lacerda**. Rio de Janeiro, 1 de abril de 2007. Disponível em: http://www.lexikon.com.br/arquivos/clippings/20_lacerda_globo.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. Projetos e estratégias de implementação da Escola Nova na capital do Brasil (1922-1935). *In*: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José (org.). **Educação no Brasil**: história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 375-398.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Mais escola**. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_02&pasta=ano%20196&pesq=%22escolas%20fom%22. Acesso em: 26 jun. 2018.

Notas

ⁱ Em outubro de 1961, já sob a presidência de João Goulart, Lacerda vendeu a “Tribuna da Imprensa” para Manuel Francisco do Nascimento Brito.

ⁱⁱ Edgar Flexa Ribeiro é atualmente o diretor do Colégio Andrews, cargo herdado do pai.

ⁱⁱⁱ O Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, criado em 1948, é uma das mais importantes instituições da área no Brasil.

^{iv} Cartas, telegramas e bilhetes tratam sobre a questão no Arquivo FR mam 1957.01.18.

^v Carta da direção do MAM/ Rio ao Flexa Ribeiro, de 28/03/1967, Arquivo FR mam 1955.10.12.

^{vi} A filha de Flexa Ribeiro casara-se, havia pouco tempo, com Sebastião Lacerda, filho de Carlos Lacerda, o que talvez explicasse os cuidados com a indicação de seu nome.

^{vii} O GLOBO de 01 de abril de 2007.

^{viii} Licenciou-se da Câmara dos Deputados, em Brasília, de 1967 a 1970.

^{ix} O aluno que permanecesse por dois anos no terceiro ano, dizia-se que estava no segundo nível do terceiro ano.

^x Documento 8: carta do Secretário de Educação ao Governador de Estado de 28/11/1961, Arquivo FR sec 1960.12.12.

^{xi} Mensagem enviada por Flexa Ribeiro ao governador Carlos Lacerda sobre a possibilidade de investimentos da Fundação Ford no setor educacional, excluindo recursos na construção de prédios escolares.

^{xii} Documento 22: memorando do Secretário de Educação ao Governador do Estado de 8/8/1962, Arquivo FR sec 1960.12.12. Flexa Ribeiro indica alguns nomes no ofício, e Carlos Lacerda, em resposta manuscrita na própria folha enviada (o que era uma praxe!), comenta que uma das sugestões é impronunciável, pois se tratava de sobrenome francês.

^{xiii} Documento 24: carta do Secretário de Educação ao Governador de Estado de 24/08/1962, Arquivo FR sec 1960.12.12.

^{xiv} Tribuna da Imprensa, 2/2/1962, p. 1 e p. 6.

^{xv} A Fundação Otávio Mangabeira também construiu algumas outras escolas de alvenaria.

